



<https://dx.doi.org/10.35499/tl.v19i2.26568>

# SUBJETIVIDADES FEMININAS EM CAROLINA MARIA DE JESUS E BUCHI EMECHETA: IDENTIDADES, DISCURSOS E REFLEXÕES SOBRE O ENSINO

GILBERTO ALVES ARAÚJO (WITS/UFPA/UNIFA)\*

 <https://orcid.org/0000-0002-8177-0730>

LÍVIA APARECIDA DE ALMEIDA E SOUSA (UNIFA)\*\*

 <https://orcid.org/0000-0001-6421-1614>

ELIENE RODRIGUES SOUSA (SEDUC-TO)\*\*\*

 <https://orcid.org/0000-0001-8701-2677>

## RESUMO

Este artigo compara subjetividades femininas em *Pedaços da fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus, e *The joys of motherhood* (1979), de Buchi Emecheta, tomando maternidade, classe, raça e gênero como eixos. Teoricamente, articula feminismo negro, perspectivas decoloniais e pedagogias críticas da literatura. Metodologicamente, realiza *close reading* comparativa, organizada em matrizes contrastivas. Os resultados evidenciam convergências na centralidade do cuidado e divergências produzidas por identidade racial/cultural, colonialidade e (des)amparo estatal, configurando a maternidade como instituição contraditória e a agência como negociação situada. Conclui-se com implicações didático-pedagógicas para o ensino de literatura feminista, antirracista e classe-consciente.

**Palavras-chave:** Maternidade; Interseccionalidade; Feminismo negro; Classe social; Ensino de literatura.

---

\* Doutor em Estudos do Discurso Midiático (Comunicação/Linguística) pela University of the Witwatersrand (WITS), com período sanduíche na University of Mannheim (UMA). Pesquisador Associado do Departamento de Estudos Midiáticos, WITS; Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), Universidade Federal do Pará (UFPA); Docente do Centro de Idiomas da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3998154651377114> E-mail: [gilbertoa.araujo@yahoo.com.br](mailto:gilbertoa.araujo@yahoo.com.br)

\*\* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada IV na área de Língua Portuguesa, Universidade da Força Aérea (UNIFA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4959208116405206> E-mail: [livia.a.a.sousa@gmail.com](mailto:livia.a.a.sousa@gmail.com)

\*\*\* Doutora em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atua como professora de Português na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC-TO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5857623231904159> E-mail: [liaelienerodrigues@gmail.com](mailto:liaelienerodrigues@gmail.com)

## ABSTRACT

### FEMALE SUBJECTIVITIES IN CAROLINA MARIA DE JESUS AND BUCHI EMECHETA: IDENTITIES, DISCOURSES, AND REFLECTIONS ON TEACHING LITERATURE

This article compares feminine subjectivities in *Pedaços da Fome* (1963), by Carolina Maria de Jesus, and *The Joys of Motherhood* (1979), by Buchi Emecheta, focusing on motherhood, class, race, and gender as central analytical axes. Theoretically, it draws on Black feminism, decolonial perspectives, and critical pedagogies of literature. Methodologically, it employs a comparative close reading structured around contrastive matrices. The findings reveal convergences in the centrality of care and divergences shaped by racial/cultural identity, coloniality, and (lack of) state support, framing motherhood as a contradictory institution and agency as a situated negotiation. The conclusion highlights didactic-pedagogical implications for feminist, antiracist, and class-conscious literary education.

**Keywords:** Motherhood; Intersectionality; Black feminism; Social class; Literature teaching.

## INTRODUÇÃO

Este artigo compara, em perspectiva sul-sul global, as negociações de agência feminina em *Pedaços da fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus, e *The Joys of Motherhood* (1979/2008), de Buchi Emecheta. Ambas as obras colocam a maternidade no centro da formação de subjetividades situadas em regimes patriarcais e atravessadas por classe, raça e colonialidade, o que as torna corpus privilegiado para examinar como o cuidado, a precariedade e a busca por reconhecimento reconfiguram o “eu” feminino. Foram escolhidas por convergirem na tematização do trabalho materno e do (des)amparo institucional, ao mesmo tempo que divergem na racialização das protagonistas e na inscrição histórico-geográfica (periferia urbana brasileira e Lagos colonial/pós-colonial).

As obras de Carolina Maria de Jesus e de Buchi Emecheta retratam o colapso das promessas patriarcais feitas às mulheres, cada uma em seu contexto. Maria Clara, jovem branca e aristocrática, desafia as expectati-

vas de sua classe ao fugir com Paulo Lemes e, ao descobrir sua real condição social, vê sua vida de privilégios ruir em meio à pobreza urbana, sendo levada a considerar o retorno à tutela familiar como única saída. Por sua vez, Nnu Ego, mulher igbo, transita entre tradições patriarcais africanas e o ambiente colonial britânico, dedicando-se obsessivamente à maternidade como fonte de sentido e identidade, apenas para ser abandonada pelos filhos na velhice, morrendo sozinha e revelando a vacuidade das promessas de segurança e realização nos sistemas patriarcais

Como sugerido acima, a relevância deste estudo reside também na urgência de se ampliar o debate literário e educacional através de abordagens que reconheçam a interseccionalidade como chave crítica. Ao tensionar o cânone literário por meio da análise de duas figuras femininas à margem da hegemonia branca e eurocêntrica, este trabalho propõe uma leitura insurgente da

literatura, alinhada a práticas pedagógicas antirracistas e feministas.

O artigo organiza-se na forma apontada a seguir. Inicialmente, apresenta-se o referencial teórico e a metodologia que orientam a análise. Em seguida, discutem-se as diferentes formas de construção da subjetividade feminina nas obras selecionadas, com ênfase nos eixos da maternidade, classe e agência sob o patriarcado. Por fim, são destacadas as implicações para o ensino da literatura, seguidas das conclusões, que trazem consigo sugestões de pesquisas futuras.

## ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A abordagem teórica deste estudo ancora-se nos pressupostos do feminismo negro e da crítica decolonial, notadamente nas contribuições de Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2014a; 2014b), Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2011) e Lélia Gonzalez (2020). Essas autoras oferecem ferramentas conceituais para compreender como o gênero é atravessado por outras categorias de opressão, como a raça e a classe, produzindo subjetividades localizadas e não universalizáveis. A interseccionalidade, neste contexto, não é apenas uma ferramenta analítica, mas uma prática epistemológica que permite tornar visíveis as experiências e saberes marginalizados.

Metodologicamente, adota-se uma *close reading* comparativa com orientação socio-discursiva e de análise do conteúdo. Com efeito, foram selecionadas cenas-núcleo representativas dos temas a serem explorados (gestação/parto, economia doméstica e comércio informal, rituais comunitários, interação com aparelhos normativos), foram codificadas as temáticas e em seguida foram elaboradas as matrizes contrastivas.

A análise é orientada por categorias-chave como maternidade, trabalho, corpo, agência e cuidado, articuladas em diálogo com a teoria feminista negra. A opção pela comparação entre obras de contextos tão distintos busca evidenciar como diferentes expressões culturais reagem, cada uma à sua maneira, às opressões estruturais impostas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo colonialismo.

### A maternidade como núcleo da identidade feminina

Em *Pedaços de fome*, Carolina Maria de Jesus inscreve na descoberta da gravidez o ponto de inflexão da trajetória de Maria Clara. A oração inicial – “Oh! Meu Deus, eu não quero enlouquecer. Eu tenho um filho para cuidar. Dai-me forças para enfrentar essa grande luta [...]” (Jesus, 1963, p. 141) – condensa a passagem do torpor da miséria para um horizonte de responsabilidade que excede o rito e se afirma como gesto ético-político. A maternidade deixa, assim, de ser mero evento biológico e converte-se em fundamento de subjetividade, um eixo de reordenação do tempo e do corpo, ao mesmo tempo promessa e peso, salvação e esgotamento (ver. Araújo; Prandini, 2022). Nesse sentido, em chave interseccional, Collins (2019) descreve a maternidade negra como instituição contraditória. É fonte de afeto e repertório de resistência, mas também lócus de captura biopolítica. Bell hooks (2014a) acentua que, sem redes e sem Estado, o corpo materno pobre carrega no corpo o não ser da sociedade, corporificando a precariedade como memória viva. Ainda que Maria Clara seja branca, a autoria negra de Carolina Maria de Jesus a reinscreve nos circuitos de vulnerabilidade urbana, onde a classe aproxima experiências e convoca redes de sobrevivência (hooks, 2014a; Collins, 2019).

Em *The Joys of Motherhood*, Emecheta desloca a atenção para a textura ritual da maternidade igbo. O sonho de Nnu Ego – “I’ve just picked up another child from the side of a stream, in my dream” (Emecheta, 2008, p. 77) – antecipa o nascimento como dom do *chi* e sinal de pertença ancestral. Carneiro (2011) nos ajuda a ler essa cena como politização da corporeidade. Trata-se de um corpo que porta memória da coletividade e inscreve, na biografia, uma cosmologia. Essa ancoragem mística, entretanto, não neutraliza a ambivalência. A mesma economia simbólica que sacraliza a fecundidade condiciona o valor social da mulher à reprodução e à expectativa de retribuição filial. O desfecho de Nnu Ego evidencia justamente o avesso do ideal: “she died quietly there, with no child to hold her hand and no friend to talk to her” (Emecheta, 2008, p. 250), uma solidão que denuncia a desvalorização pós-maternal. Tate (2023) descreve esse processo como apagamento político de mulheres negras quando cessam de cumprir funções reprodutivas que a sociedade toma por naturais e devidas.

Em ambos os enredos, a maternidade reorganiza a autoimagem. Em São Paulo periférica, a brasileira investe no filho o projeto de reconstrução do lar: “Com o dinheiro que ganhou Maria Clara comprou um bêço e brinquedos para o filho entreter-se” (Jesus, 1963, p. 139), ritual doméstico mínimo que eleva a agência sob escassez. Nash (2019) interpreta práticas como essa como agência em face de limitações, microgestos que convertem o cotidiano em política de sobrevivência. Em Lagos colonial, Nnu Ego deposita o reconhecimento em formas públicas de legitimação, como a festa de nomeação do bebê e, ao fim, o funeral póstumo: “the noisiest and most costly second burial Ibuza had ever seen” (Emecheta, 2008,

p. 250). A cena dos vizinhos celebrando os barris – “Each visitor would peep into the kegs of palm wine and shout, [...] ‘Nnu Ego has not shamed us’” (Emecheta, 2008, p. 28) – explicita a socialidade do reconhecimento. Para Tate (2023), esses rituais operam como dispositivos afetivos que garantem lugar à mulher negra no campo simbólico da comunidade, quase sempre em troca de sacrifícios.

O corpo materno comparece como arquivo de dor e de saber. A confissão de Maria Clara – “Quando não tinha dinheiro para comprar leite, chorava com o filho nos braços” (Jesus, 1963, p. 140) – exemplifica a epistemologia do cuidado que se forja na penúria. Hooks (2014a) lê esse corpo como simultaneamente negado pelo Estado e pelo capital, e exigido pela moral, pela família. Em Nnu Ego, a lactação performativa confirma a pertença: “She felt the milk trickling out, wetting her buba blouse” (Emecheta, 2008, p. 5). Nesse sentido, Carneiro (2011) aponta como a história do trabalho reprodutivo negro inscreve no corpo marcas de exploração e, também, fontes de potência.

O futuro é figurado como horizonte do cuidado. Maria Clara pede forças para “enfrentar essa grande luta... que é a vida de miséria” (Jesus, 1963, p. 141), sacralizando o filho como âncora de sentido. Nnu Ego, por sua vez, cumpre a profecia e projeta continuidade – “My daughters, you will all grow to rock your children’s children” (Emecheta, 2008, p. 26) –, convertendo maternidade em legado intergeracional. Davis (2016) lê essa persistência do cuidado como política coletiva, Gonzalez (2020) a reinscreve na amefricanidade, trama de saberes e afetos que configuram estratégias de vida, enquanto Kilomba (2020) frisa a centralidade da memória corporal na produção de subjetividade feminina negra

e Collins (2019) adverte que o investimento materno pode transformar-se em dívida infinita quando não encontra retorno e reconhecimento.

Essa dialética emerge ainda na linguagem. Carolina Maria de Jesus ritma a hesitação e o medo por reticências, reproduzindo uma gramática do corpo periférico (ver: Gonzalez, 2020). Emecheta, por sua vez, trabalha períodos longos, anafóricos, imprimindo à narrativa o tempo da ancestralidade (ver: Kilomba, 2020). Nessas poéticas, a maternidade não resolve as angústias, as intensifica e, ao fazê-lo, abre ferramentas de resistência, a oração, rede, ritual, trabalho, a palavra.

Na maternidade, a precariedade assume contornos distintos. Ora, é privação absoluta e humilhação — “chorava com o filho nos braços” (Jesus, 1963, p. 140) —, um sofrimento que publiciza a fragilidade das redes urbanas. Ora, a carência é pós-maternal. A sociedade que celebrava Nnu Ego como fértil a abandona quando cessa a função reprodutiva: “no child to hold her hand” (Emecheta, 2008, p. 250). Aqui, a intersecção raça-classe reorganiza a gramática do reconhecimento. A branquitude empobrecida de Maria Clara ainda pode acionar algum ouvido e algum nome, já a negritude de Nnu Ego precisa constantemente provar-se por rituais, sob o olhar colonial (ver: hooks, 2014a; Tate, 2023). Em ambas, todavia, a política do afeto sustenta a vida e produz saberes.

## **IDENTIDADES FEMININAS DE CLASSE EM DIFERENTES PERCEPÇÕES**

A queda de classe de Maria Clara articula desejo burguês, pedagogia do adorno e brutalidade da escassez. A fantasia performativa — “se eu tivesse dinheiro e pudesse com-

prar um carro, iria aprender a guiar” — cede a “tão só e desalojada no mundo”, quando a tutela patriarcal falha (Jesus, 1963, p. 105, 110). “Eu era muito ambiciosa!... Queria ser uma FELIZARDA”, confessa a protagonista, enunciando a ruptura entre o ser projetado e o ser vivido. Hooks (2014a) e Collins (2019), nesse sentido, evidenciam como a classe, para mulheres, não é posição fixa, mas processo sensível atravessado por vergonha, humilhação, desejo de apagamento e reinvenção, sempre mediado por raça e gênero. Carneiro (2023) descreve essa interpenetração entre racialidade e classismo como dispositivo que produz ilusões de mérito e regula a credibilidade social.

Em Nnu Ego, a instabilidade e insegurança são estruturais, reproduzem condições coloniais e o mercado de trabalho no pós-guerra. Ao suplicar “Just go and look for a job. [...] That is all I ask”, ela demanda recursos e restituição de autoestima por via econômica (Emecheta, 2008, p. 94). A classe, aqui, é negociada nas margens, por uma mulher cujo trabalho reprodutivo e mercantil sustenta o lar sob o olhar imperial.

As estratégias econômicas revelam também vetores distintos de recomposição. Em Maria Clara, capital da branquitude vira subsistência, vende joias, compra máquina de costura e encena crédito moral: “Aqui está o dinheiro que prometi [...], sou a Maria Clara Fagundes” (Jesus, 1963, p. 48). Na obra de Emecheta, Nnu Ego investe em comércio miúdo e poupança mínima: “She made a profit of a shilling on a tin”, “scraping, saving, counting every penny” (Emecheta, 2008, p. 50, 208). Collins (2019) argumenta que esse trabalho de mãe combina sobrevivência, resistência e construção de mundo. Em ambas, cada centavo e cada ponto de costura estabilizam a vida e rearranjam a autoimagem.

O custo afetivo da classe comparece em confissões que são quase documentos. “Era pungente ver os meus filhos pedirem um pedaço de pão e não ter”, diz Maria Clara, dramatizando uma ontologia da pobreza (Jesus, 1963, p. 157). “Spent all her meagre savings the day her baby was named” e “She sold all her clothes at a fraction of their cost”, relata Emecheta (2008, p. 51, 108), numa economia do sacrifício que reconfigura valor e dignidade. Davis (2016) historiciza esse duplo cerco, quando aponta que a certas mulheres se ensinou adorno, a outras, sobre trabalho, mas em ambos os casos, sob pedagogias patriarcais e raciais. Gonzalez (2020) emprega amefricanidade para nomear a trama de saberes e cargas que organiza esse cotidiano, enquanto Kilomba (2020) lembra que o corpo guarda, junto da dor, também as memórias de agência.

No eixo mobilidade e legado, Emecheta dramatiza os paradoxos do investimento materno. O orgulho escolar de Oshia, o filho de Nnu Ego, converge com a erosão da reciprocidade ritual: “I am going to the States. I have won [...]” (Emecheta, 2008, p. 221). Collins (2019) vê nesse desalinhamento uma consequência de instituições modernas que valorizam a ascensão individual e invisibilizam o circuito de cuidados que a permite; que aplanam antagonismos materiais e invisibilizam a resistência coletiva que os enfrenta (ver. Nash, 2024). Já em Maria Clara, a ruptura se dá no pacto conjugal. O marido a incita à mendicância – “você [...] pode sentar-se nos viadutos e pedir esmolas” –, ao que ela responde, “O senhor quer transformar-me em mendiga” (Jesus, 1963, p. 143). Em ambos os mundos, a expectativa de proteção (do Estado, do marido, dos filhos) falha, e o peso da recomposição recai (quase) exclusivamente sobre as mulheres.

A reaprendizagem do trabalho torna-se alicerce de autoimagem em Maria Clara: “fui obrigada a aprender a lavar, passar e encerrar [...], hoje nada mais me é difícil”, arrependendo a fantasia de consumo e promovendo um giro epistêmico do prestígio simbólico para a (in)dignidade do fazer (Jesus, 1963, p. 157). Em Nnu Ego, a crítica frontal à colonialidade – “our husbands are like slaves, don’t you think?” – explicita que a liberdade econômica nasce no sofrimento laboral e nos circuitos informais (Emecheta, 2008, p. 49). Em contrapartida, as redes de “caridade” e favor carregam ambivalências, uma vez que socorrem e humilham, exigindo leitura crítica (ver. Nascimento, 2021).

Em outra dimensão, a branquitude de classe de Maria Clara articula tanto apagamentos quanto acessos simbólicos. Esse duplo movimento é objeto de um feminismo branco que, como denunciam Beck (2021) e Hamad (2019), frequentemente ignora as hierarquias internas de classe e seus efeitos subjetivos. A zombaria que a nomeia como “a pianista” evidencia esse deslocamento entre aparência e materialidade, expondo o descompasso entre um status social presumido e a precariedade concreta. Nesse contexto, Tate (2023) argumenta que a branquitude só adquire potência crítica quando se depara com sua própria colonialidade interior, algo ainda ausente na trajetória de Maria Clara. Em contrapartida, a negritude de Nnu Ego é atravessada por políticas de valor que racializam o mérito e naturalizam o sacrifício, restringindo seus horizontes de reconhecimento. Em ambas as personagens, portanto, a classe manifesta-se não apenas como estrutura econômica, mas como experiência encarnada, atravessada por afetos e linguagem — “perdi a ilusão” (Jesus, 1963, p. 110).

No encontro com o Estado e a moral pública, Maria Clara enfrenta o estigma clas-

sista: “eu não sou vagabunda. Êste título não orna para mim [...], nós pobres um dia temos dinheiro, no outro não temos” (Jesus, 1963, p. 202-203). Carneiro (2011) e Gonzalez (2020) descrevem esse teatro da humilhação como expressão da colonialidade do ser, por onde o aparelho público codifica pobreza como culpa. Em *Nnu Ego*, o tribunal aparece em chave distinta (moderna e tradicional), e muito mais violenta. A fala estratégica da personagem – “He owns me [...] so he pays” (Emecheta, 2008, p. 241) – equilibra sobrevivência simbólica e registro de fato econômico junto ao marido, aquilo que Feminista Jones (2019) sugere que seja tornar audível a opressão silenciada. A classe-gênero-raça, enfim, não se “possui”, vive-se, e se escreve, na pele e na voz.

## NEGOCIAÇÕES DA AGÊNCIA FEMININA SOB O PATRIARCADO

A comparação entre Maria Clara e *Nnu Ego* evidencia formas diferenciadas de captura e margens de manobra sob patriarcados racializados. Em Emecheta, a abertura visceral — “Her baby... her aching breasts [...]. She felt the milk trickling out” — dramatiza a fisicalidade normativa que mede a dignidade da mulher pela reprodução (Emecheta, 2008, p. 5). Em Carolina Maria de Jesus, a tutela oligárquica calibra a respeitabilidade: “Maria Clara era riquíssima [...]. A filha do coronel era uma boneca de porcelana”, adestrada para tocar piano (Jesus, 1963, p. 25, 22). Com efeito, em termos de reconhecimento, notamos duas chaves de acesso, a maternidade medida em *Nnu Ego* e a respeitabilidade medida em Maria Clara. Por óbvio, há também em termos de liberdade, dois mecanismos de captura do subjetivo (ver. hooks, 2014a; Davis, 2016; Collins, 2019).

A figura do pai soberano delimita, em ambos os romances, os contornos do possível. Em *The Joys of Motherhood*, Agbadi é descrito como “a very wealthy local chief”, cuja relação com Ona, a mãe que se recusa a ser “dazzled by his wealth”, instaura uma ambivalência que reverbera na subjetividade de *Nnu Ego* (Emecheta, 2008, p. 8-9). Já em *Pedaços da fome*, Cel. Fagundes constrói ao redor de Maria Clara um espaço de intangibilidade simbólica – a “boneca de porcelana” – onde proteção e clausura se confundem (Jesus, 1963, p. 22). Em ambos os casos, Carneiro (2011) interpreta esses arranjos como expressões de um dispositivo social que organiza valor e mobilidade a partir de interseções entre raça, sexo e classe.

No regime conjugal, desejo e coerção nunca aparecem puros. *Nnu Ego* rejeita o marido arranjado – “a man with a belly like a pregnant cow” – e cogita voltar ao pai, mas a sanção comunitária a dissuade: “she would rather die [...] than go back home” (Emecheta, 2008, p. 40, 42). Maria Clara, por sua vez, transgredir etiquetas – “foi eu quem convidou” –, mas é reabsorvida pelo decreto paterno: “o senhor vai casar com minha filha” (Jesus, 1963, p. 48, 53). Na leitura de episódios como esse, Beck (2021), Hamad (2019) e Khader (2024) criticariam universalizações do verbo “escolher”, já que aí não se distribuem igualmente voz e custo. Nash (2019) e Tate (2023), por outro lado, insistem na negociação situada como gramática da agência. Diante disso, e como mediação, entendemos que se trata de agência muito limitada, onde não há, *stricto sensu*, escolhas.

Esse limite da agência se evidencia ainda mais quando as masculinidades perdem seu eixo público. Nesse caso, quem assume os custos da descentralização? Em Lagos, a hierarquia colonial corrói o trabalho de

Nnaife de modo que a frustração se converte em violência doméstica: “You behave like a slave! [...] ‘Please, madam craw-craw-skin, can I sleep with my wife today?’” (Emecheta, 2008, p. 48). Em São Paulo, a queda de classe revela os preconceitos de classe que constroem a branquitude da protagonista e faz desmoronar a promessa do provedor – “Meu Deus, então você é pobre? [...] pobre não presta! Não tem valor” – e a recomposição da vida recai sobre ela mesma (Jesus, 1963, p. 71). Nesse sentido, Davis (2016) e Kilomba (2020) detalham como a perda de autoridade pública masculina frequentemente se rearticula em controle doméstico do tempo e do corpo das mulheres, fazendo com que, nesses rearranjos, a carga moral do cuidado se intensifique (ver. Collins, 2019).

Paralelamente, a agência econômica materializa as margens da autonomia. Nnu Ego, por exemplo, detalha aritméticas de sobrevivência, paga empréstimos e recompõe a autoestima. Maria Clara, por outro lado, converte bens de classe herdados em instrumento de trabalho (a máquina de costura) e performa palavra e honra como capital. Nesse contexto, Collins (2019) e hooks (2014a) lembram que essas conquistas não desmontam a arquitetura patriarcal, contornam-na. Por isso, Carneiro (2011) chama atenção para a necessidade de redistribuição estrutural (renda, tempo, riqueza) sem a qual a agência tende a congelar sempre no menor efeito possível.

A maternidade surge, conforme já argumentado, enquanto horizonte de reconhecimento e mecanismo de captura do subjetivo. Para Nnu Ego, o nascimento de um filho homem representa inicialmente uma forma de realização pessoal; no entanto, quando essa plenitude se dissolve, ela passa a considerar a eliminação do próprio sofrimento como única saída possível (Emecheta, 2008, p. 52,

6). Para Maria Clara, a gravidez reorganiza seu foco e sentido de vida, manifestando-se em gestos concretos de preparação e cuidado, como a compra de agulhas e lã para confeccionar sapatinhos do filho (Jesus, 1963, p. 90). Ora, Davis (2016) historiciza essa ambivalência no contexto do capitalismo racial: ora a reprodução feminina (negra) é apropriada e apagada, ora uma pedagogia do adorno inibe justamente as habilidades que poderiam promover autonomia. Nesse mesmo horizonte, Kilomba (2020) revela como a linguagem doméstica é regulada por culpas racializadas que silenciam e disciplinam, perpetuando estruturas de opressão por meio da moral cotidiana.

A socialização de gênero também estrutura expectativas educativas e laborais assimétricas. Em Emecheta, os meninos são incentivados a se dedicarem aos estudos, enquanto às meninas se reserva o casamento como destino principal, com a possibilidade de contribuírem economicamente por meio do comércio informal (Emecheta, 2008, p. 196, 208). Essa divisão reforça a submissão feminina às normas tradicionais e, ao mesmo tempo, revela uma estratégia funcional voltada à mobilidade social dos filhos, como argumenta Collins (2019). Em Jesus, a educação de classe ensina Maria Clara a ser vista, não a sobreviver. Quando a classe cai, a protagonista é obrigada a aprender autonomia sob opressão. Nesse cenário, Gonzalez (2020) mostra como a amefricanidade impõe sobrecargas às mulheres negras e, paralelamente, disciplina elites brancas em funções decorativas, criando vínculos de dependência que, diante da pobreza, as tornam estruturalmente vulneráveis.

Já o policiamento da sexualidade manifesta-se, nas obras analisadas, por meio de estratégias distintas, sempre disciplinadoras. Em Emecheta, a repressão ocorre, e.g.,

pela rejeição à união interétnica da filha, resultando em ameaças, mecanismos de controle baseados no medo e na punição. Já em *Jesus, Maria Clara* é regulada por expectativas de pureza e decoro, e chega a cogitar o suicídio como única saída frente à coerção moral e afetiva. Conforme argumenta Davis (2016), a violência de gênero opera como tecnologia social, sustentando estruturas de dominação. Tate (2023) e Kilomba (2020), por sua vez, alertam para o modo como esses discursos de “honra” e “respeito” disfarçam essas dinâmicas de disciplinamento, convertendo opressões em virtudes normativas.

No tribunal comunitário, por exemplo, *Nnu Ego* adota uma fala ambígua que reafirma a autoridade do marido pela tradição, mas insinua que é ela quem mantém a casa, o que, segundo Jones (2019), torna audível o trabalho invisível das mulheres. *Maria Clara*, por sua vez, enfrenta julgamentos morais no cotidiano doméstico, até afirmar um limite subjetivo diante da imposição servil. Para Nash (2019), essas negociações são formas engenhosas de agência, mas envolvem custos profundos que não devem ser romantizados.

Na contabilidade psíquica das negociações, o saldo revela-se ambivalente. *Nnu Ego*, absorvida pela função materna, isola-se socialmente, perde nitidez subjetiva e morre só, apesar do funeral ruidoso que encena reconhecimento sem reparar a solidão. Já *Maria Clara* recorre taticamente à tutela paterna para sobreviver, gesto que preserva a vida no presente, mas evidencia a continuidade das dependências. Autoras como hooks (2014a), Davis (2016) e Collins (2019) apontam que, sem mudanças estruturais nas esferas do trabalho, do cuidado e da propriedade, a agência feminina tende a se restringir a vitórias parciais. Tate (2023)

e Nash (2024) acrescentam que é preciso uma virada ética que evite confundir negociação com emancipação.

## LITERATURA FEMININA E NEGRA COMO PRÁTICA DE CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIDADE

A análise acima empreendida sugere o potencial do ensino de literatura enquanto prática crítica e transformadora nos espaços educacionais, pois não apenas pode garantir acesso ao legado cultural, como também pode permitir interrogar esse mesmo legado, revelando silenciamentos e propondo novas centralidades. Para isso, é preciso deslocar o foco da estética para a política do texto, incorporando questões de gênero, raça e classe como chaves analíticas fundamentais (cf. Candido, 2004).

Nesse quadro, insere-se a análise das obras de Carolina Maria de Jesus e Buchi Emecheta, articulada a partir de uma leitura interseccional que une feminismo negro, epistemologias decoloniais e crítica de classe. Ao analisar as trajetórias de *Maria Clara* e *Nnu Ego*, aponta-se também para um ensino de literatura feminista, antirracista e classe-consciente, além de dialogar com uma pedagogia literária voltada à justiça social (Spivak, 2022; Compagnon, 2009).

Nossa compreensão central sustenta que tais obras constroem subjetividades insurgentes em contextos de opressão racializada, patriarcal e econômica. A literatura, nesse contexto, é entendida como espaço de disputa simbólica, onde vozes silenciadas se reinscrevem (ver. Spivak, 2022). *Maria Clara* e *Nnu Ego* são figuras que enfrentam os roteiros sociais que lhes foram impostos. A primeira abandona ideais aristocráticos para se

reinventar na favela, e a segunda vivencia o fracasso do reconhecimento materno dentro de uma lógica patriarcal e colonial.

Nossa leitura sustenta a ideia de que a formação literária crítica transforma a sala de aula em um espaço de escuta, reconhecimento e resistência. Ao privilegiar a leitura interseccional, superam-se abordagens universalistas que desconsideram as especificidades raciais, sociais e de gênero (ver. Collins, 2019). A interseccionalidade atua como ferramenta de visibilidade de experiências apagadas pela história e pelo cânone.

Embora clássicos como Candido (2004) e Compagnon (2009) valorizem a literatura como prática formativa e espaço de pluralidade interpretativa, ambos ainda tendem a operar num contexto marcado pela centralidade eurocêntrica e masculina. Isso exige uma crítica ao próprio cânone literário, como defende hooks (2014a), ao apontar que repensar quais textos são ensinados é uma exigência ética e epistemológica, não um gesto de inclusão simbólica. Nesse sentido, as produções de Jesus e Emecheta oferecem ao leitor uma gramática de resistência pedagógica que rompe a normatividade literária.

As protagonistas analisadas não são heroínas clássicas, mas mulheres comuns, atravessadas por precariedade e dor. Essa estética da vida ordinária é politicamente potente, já que revela formas de existência que escapam às narrativas dominantes (ver. Davis, 2016). A literatura, assim, torna-se uma lente para visibilizar vidas subalternizadas.

Uma das contribuições centrais de nosso estudo é o destaque à maternidade como elemento de inflexão subjetiva. Maria Clara e Nnu Ego experienciam a maternidade em suas dimensões corporal, social e política, uma instituição contraditória, promotora de solidariedade, mas também de controle e exaustão (ver. Collins, 2019). A morte so-

litária de Nnu Ego, após vida dedicada aos filhos, denuncia as promessas frustradas de reconhecimento. Já Maria Clara transforma cuidado cotidiano, precário e solitário em ato político, mostrando como o corpo feminino se converte em espaço de saber.

Essas experiências apontam para a relevância da epistemologia do cuidado como proposta pedagógica (ver. Gonzalez, 2020). Nela, o cuidado não é romantizado, mas analisado em sua dimensão estrutural. Ensinar literatura a partir desse prisma implica deslocar o foco da “ação” para a “relação”, da figura do herói para a da mãe, do grande evento para o gesto cotidiano. Trata-se de ensinar a partir da vivência (ver. hooks, 2014a).

Outro aspecto relevante é a atenção ao corpo como dimensão narrativa. A literatura de Jesus e Emecheta inscreve o corpo como texto e território de luta. Maria Clara, ao abrir mão da própria comida pelo filho, transforma um gesto banal em resistência. Nnu Ego, ao sentir o leite escorrer, atualiza uma ancestralidade materna, que carrega marcas de violência, de saber e de memória. Nesse viés, ensinar literatura significa também ler o corpo no texto e o texto no corpo. A linguagem literária, por óbvio, não é neutra; é atravessada por afetos e materialidades sociais. Daí a importância de um letramento literário que seja também político.

A classe social, por exemplo, aparece como experiência vivida, e não apenas como conceito. A queda de Maria Clara ilustra como a classe se manifesta em sentimentos de vergonha, desilusão e exclusão. Para Nnu Ego, a classe é uma imposição desde o nascimento, bloqueando sua mobilidade social mesmo diante do esforço extremo. Essa constatação desmonta o discurso meritocrático e destaca o potencial do ensino literário como ferramenta de consciência de classe.

A comparação entre Maria Clara e Nnu Ego também permite refletir sobre formas distintas de agência em contextos coloniais e pós-coloniais. Mesmo empobrecida, Maria Clara acessa redes de proteção simbólicas por ser branca. Nnu Ego, por sua vez, é atravessada pela violência da colonialidade, que insiste em esvaziar sua subjetividade. Construir uma percepção dessa diferença é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência racial crítica através do ensino de literatura.

Descolonizar o ensino literário é mais do que diversificar autores. Trata-se de alterar as perguntas feitas aos textos. Em vez de focar no enredo, é preciso perguntar quem fala, quem pode falar e quais silêncios estruturam a narrativa. Dessa forma, a interseccionalidade deve ser objeto de prática viva no cotidiano escolar, afetando avaliação, mediação e leitura. Ouvir os estudantes e reconhecer suas vivências como saber legítimo também é parte essencial desse processo.

Com efeito, ensinar literatura a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e de classe é uma necessidade epistemológica diante das desigualdades estruturais do mundo contemporâneo. Ensinar literatura é, por óbvio, ensinar a ler o mundo e, conseqüentemente, a transformá-lo. Nesse sentido, as obras de Carolina Maria de Jesus e Buchi Emecheta mostram que não há resistência sem afeto, nem emancipação sem cuidado. Levar essas vozes às salas de aula oportuniza, assim, ao professor a mediação de um processo coletivo e afetivo de transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da análise comparativa entre *Pedaços da fome*, de Carolina Maria de Jesus, e *The Joys of Motherhood*, de Buchi Emecheta, este

artigo avança significativamente no campo dos estudos literários ao interseccionar literatura, feminismo negro, crítica decolonial e pedagogias interseccionais. Ao mobilizar as experiências de Maria Clara e Nnu Ego como narrativas de subjetividades insurgentes, nosso trabalho tensiona as categorias de maternidade, raça, classe e agência feminina sob o patriarcado e a colonialidade, propondo uma leitura que desestabiliza cânones eurocentrados e ilumina epistemologias do cuidado, da precariedade e da resistência. Nesse sentido, inscreve-se como contribuição original ao propor uma gramática literária da vulnerabilidade que não romantiza o sofrimento, mas o analisa como matriz de saber e potência política.

Em comparação com estudos recentes, como Villas Gomes e Nogueira (2023), que examinam a interseccionalidade de raça e gênero em *Quarto de despejo*, e Wajiran e Apriyani (2024), que investigam as dinâmicas interseccionais de raça, gênero e identidade em *Beloved*, *Sula* e *The Bluest Eye*, este artigo amplia o debate ao incluir uma perspectiva transcontinental e sul-sul, articulando o contexto da periferia urbana brasileira com o da Nigéria colonial e pós-colonial. A análise não apenas amplia os apontamentos de hooks (2014a) sobre a centralidade do cuidado e da agência sob constrangimento, como também acrescenta à literatura o refinamento da leitura interseccional de experiências maternas em regimes socioculturais comparativamente distintos. A convergência dessas trajetórias maternas, ainda que enraizadas em contextos díspares, corrobora a ideia de que esse papel, longe de ser universal, é profundamente situado, racializado e socialmente mediado.

Além disso, ao explorar a maternidade e o ser-mulher nosso estudo localiza es-

ses elementos como eixos estruturantes da subjetividade e não como mero marcadores biológicos ou narrativos. Essa leitura é provocativa na medida em que propõe uma pedagogia literária que, ao invés de buscar a universalidade dos sujeitos, aposta na potência crítica das singularidades e na radicalidade ética de ouvir o que o cânone tradicional insiste em silenciar.

No plano didático-pedagógico, a pesquisa contribui para o avanço do ensino de literatura ao propor uma prática docente mais antirracista, feminista e classe-consciente. Vai além das propostas já conhecidas de Cerqueira e Souza (2023) e Hayes-Brady (2022), por exemplo, ao adotar uma perspectiva decolonial que desloca o eixo da estética para a política do texto. Dessa forma, contribui para as discussões contemporâneas sobre o papel da literatura na formação ética e crítica dos sujeitos, como sugerido por Gonzalez (2020) e Tate (2023), ao propor que a sala de aula se torne espaço de reconhecimento das vivências subalternizadas como saber legítimo.

Como sugestões para pesquisas futuras, destacamos, em primeiro lugar, a possibilidade de ampliação do corpus para incluir outras autoras negras africanas e latino-americanas, como Paulina Chiziane ou Conceição Evaristo, a fim de fortalecer um campo comparativo afrotransatlântico. Em segundo lugar, seria relevante explorar a dimensão linguística dessas narrativas, investigando como os recursos estilísticos operam como formas de resistência simbólica e epistemológica. Por fim, seria oportuno investigar a recepção dessas obras no contexto escolar, por meio de estudos de caso ou etnografias em sala de aula, de modo a verificar os efeitos formativos de um ensino literário comprometido com a justiça socioeconômica, racial e de gênero.

Assim, o presente artigo não apenas contribui para a renovação dos estudos discursivos e literários ao articular interseccionalidade, pedagogia crítica e decolonialidade, como também propõe caminhos para uma prática docente mais atenta às dores e potências que atravessam os corpos e as vozes das mulheres racializadas. Nosso debate, cremos, abre espaço para perguntas éticas e epistemológicas que seguirão mobilizando o campo da crítica literária, discursiva e da educação emancipadora.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, G. A.; PRANDINI, P. D. Carolina Maria de Jesus para além dos clichês: uma análise discursiva sobre a personagem Maria Clara em Pedacos da fome. **Rev. da Associação Bra. de Pesquisadores/as Negros/As**, v. 14, n. 41, p. 15–40, 2022.
- BECK, K. **White feminism**: From the suffragettes to influencers and who they leave behind. New York: Atria Books, 2021.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 245–266.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CERQUEIRA, V. S.; SOUZA, M. A. S. Interseccionalidade e “escrevivência” em *Ponciá Vicêncio*. **Revista Norteamericanas**, v. 16, n. 44, p. 328–348, 2023.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COMPAGNON, A. **O demônio da teoria**: Literatura e senso comum. São Paulo: Parábola, 2009.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EMECHETA, B. **The joys of motherhood**. London: Heinemann, 1979/2008.

- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAMAD, R. **White tears/Brown scars: how white feminism betrays women of color**. New York: Catapult, 2019.
- HAYES-BRADY, C. Teaching Chimamanda Ngozi Adichie's *Americanah* in Ireland: "If you don't understand, ask questions." In: MAZZENO, L.W., NORTON, S. (Orgs.). **Contemporary American Fiction in the European Classroom**. Cham: Springer, 2022. p. 169-184.
- HOOKS, b. **Feminism is for everybody**: passionate politics. London: Routledge, 2014a.
- HOOKS, b. **Ain't I a woman?** Black women and feminism. London: Routledge, 2014b.
- JESUS, C. M. de. **Pedaços da fome**. São Paulo: Águila, 1963.
- JONES, F. **Reclaiming our space**: how Black feminism is changing the world from the tweets to the streets. Boston: Beacon Press, 2019.
- KHADER, S. **Faux feminism**: why we fall for white feminism and how we can stop. Boston: Beacon Press, 2024.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASH, J. C. **Black feminism reimagined**: after intersectionality. Durham: Duke University Press, 2019.
- NASH, J. C. **How we write now**: living with Black feminist theory. Durham: Duke University Press, 2024.
- SPIVAK, G. C. **A crítica da razão pós-colonial**. São Paulo: Politeia, 2022.
- TATE, S. A. **From post intersectionality to Black decolonial feminism**: black skin affections. London: Routledge, 2023.
- VILLAS GOMES, E.; NOGUEIRA, N. H. A interseccionalidade na narrativa *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus. **Ipotesi**, v. 27, n. 2, p. 89-97, 2023.
- WAJIRAN, W.; APRIYANI, T. Race, gender, and identity in Toni Morrison's novels: Relevance to contemporary Black women's struggles in America. **Cogent Arts & Humanities**, v. 11, n. 1, p. 1-11, 2024.

Recebido em: 07/11/2025  
Aprovado em: 09/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.